

A PAISAGEM DA ARTE RUPESTRE NA PRÉ E PROTO-HISTÓRIA NO ALTO DOURO PORTUGUÊS

2024

Natália Botica
Raquel Vilaça
Luís Luís
Rebeca Blanco-Rotea

WORKSHOP
4 de dezembro
de 2023



RARAA
REPOSITÓRIO DE ARTE RUPESTRE
DE ACESSO ABERTO

Projeto FCT COA/OVD/0097/2019

EDIÇÃO

Natália Botica
Raquel Vilaça
Luís Luís
Rebeca Blanco-Rotea

COMITÉ CIENTÍFICO

André Tomás Santos (Universidade de Coimbra)
Marcos García Díez (Universidad Complutense de Madrid)
Maria Manuela Martins (Universidade do Minho)

DESENHO E MAQUETAÇÃO

Luís Leal

ANO DE EDIÇÃO

RARAA, 2024

IMPRESSÃO

Greca Artes Gráficas

LOCAL DE EDIÇÃO

Braga

ISBN: 978-989-35817

Os conteúdos apresentados (textos e imagens)
são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.



RARAA
REPOSITÓRIO DE ARTE RUPESTRE
DE ACESSO ABERTO



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA,
ESTUDOS EUROPEUS,
ARQUEOLOGIA E ARTES



INSTITUTO
DE
ARQUEOLOGIA
MUSEU DE ARQUEOLOGIA, Etnário, Sala
PALÁCIO SUB-REPTAS



**Centro de Estudos
em Arqueologia
Artes
e Ciências do Património**



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



Laboratório de Paisagens,
Património e Território



Universidade do Minho
Unidade de Arqueologia



IN2PAST
PATRIMÓNIO | ARTE | SUSTENTABILIDADE | TERRITÓRIO

6.

PROGRAMA DO WORKSHOP

8.

RAQUEL VILAÇA, NATÁLIA BOTICA

A PAISAGEM DA ARTE RUPESTRE NA PRÉ
E PROTO-HISTÓRIA NO ALTO DOURO
PORTUGUÊS. UMA INTRODUÇÃO

16.

NATÁLIA BOTICA

PROJETO RARAA – ARTE RUPESTRE
DA IDADE DO FERRO E OCUPAÇÃO NO
SÍTIO DO ALTO DAS MALHADAS

38.

THIERRY AUBRY

PAISAGENS MONUMENTALIZADAS E
TERRITÓRIOS HUMANIZADOS DAS
SOCIEDADES PALEOLÍTICAS DO
VALE DO CÔA: CONTEXTUALIZAÇÃO
CRONOLÓGICA PARA COMPREENDER
A COMPLEMENTARIDADE ENTRE A
ARTE E A OCUPAÇÃO HUMANA

54.

LUÍS LUÍS

UMA PAISAGEM SEM GENTE?
O PROBLEMA DO CONTEXTO
ARQUEOLÓGICO DA ARTE RUPESTRE
PROTO-HISTÓRICA DO CÔA E DOURO

68.

ANTÓNIO BATARDA

ARTE RUPESTRE COMO PRÁXIS POLÍTICA:
O CASO DA FASE PALEOLÍTICA ANTIGA
DO VALE DO CÔA

88.

HELENA SOARES

DESVENDANDO O SEGREDO DAS RO-
CHAS: UMA VIAGEM PELOS NÚCLEOS
DE ARTE RUPESTRE DA VERMELHOSA E
MEIJAPÃO (VALE DO CÔA, PORTUGAL)

106.

HELENA BARBOSA

A FUNÇÃO SOCIAL DA DECORAÇÃO
OCULADA NA CERÂMICA
PRÉ-HISTÓRICA DA BACIA DO
BAIXO E MÉDIO DOURO

120.

REBECA BLANCO-ROTEA

A MODO DE CONCLUSÃO:
ARTE, PAISAGEM, CONTEXTO

III.

54

UMA PAISAGEM SEM GENTE? O PROBLEMA DO CONTEXTO ARQUEOLÓGICO DA ARTE RUPESTRE PROTO-HISTÓRICA DO CÔA E DOURO

LUÍS LUÍS

Fundação Côa Parque / UNIARQ

luisluis@arte-coa.pt

<https://orcid.org/0000-0002-1022-6367>



Resumo

Descoberta em 1993, no contexto geral da identificação da arte rupestre do Vale do Côa, o conhecimento da arte proto-histórica desta região apresenta-se ainda num estágio “protoarqueológico”. A sua interpretação tem conduzido à definição de diferentes níveis de paisagens artísticas, que se encontram, em grande medida, desligadas de um contexto socioeconómico e da gente que a produziu e que dela desfrutou.

Abstract

Discovered in 1993, in the context of the identification of the Côa Valley Palaeolithic rock art, the knowledge of this region’s rock art remains in a “protoarchaeologic” stage. Its interpretation has led to the definition of a set of artistic landscapes, which are largely disconnected from its socioeconomic context and the people who produced and enjoyed it.

PALAVRAS-CHAVE

Arte rupestre; Idade do Ferro; Arqueologia; Contexto; Vale do Côa

KEYWORDS

Rock Art; Iron Age; Archaeology; Context; Côa Valley

O problema arqueológico da arte rupestre

Procurando compreender o todo social, a investigação arqueológica confronta-se com o problema dos limites impostos pelos diferentes graus de preservação e visibilidade dos diferentes vestígios da ação humana. Atribui-se ao arqueólogo espanhol Carlos Alonso del Real (1914-1993) uma afirmação relativa à pré-história galega que resume bem este problema geral da investigação: “[há] os que morreram, mas não viveram, os que viveram, mas não morreram e os que não viveram, nem morreram, mas pintaram nas paredes” (*apud* Boveda et al., 2000). Exemplo do primeiro caso foi, durante muitos anos, o “fenómeno megalítico”, onde os conspícuos monumentos funerários pareciam não ter correspondência no povoamento (por ex. Gonçalves et al., 2000). No extremo oposto, podemos citar a Idade de Ferro do noroeste, mas também das Beiras, a cujos imponentes povoados fortificados parecem corresponder discretas práticas mortuárias baseadas na incineração (Vilaça, 2024: 140).

Em pior situação encontra-se a arte rupestre, frequentemente destituída de qualquer contexto arqueológico. Neste caso, o problema da sua integração num todo social radica na dificuldade de relação com outros tipos de vestígios da cultura material coeva. A própria existência de outros vestígios materiais num espaço com arte não estabelece necessariamente uma relação entre eles. Ao tratar da datação da arte paleolítica, Henri Breuil afirmava que a presença de depósitos arqueológicos numa gruta decorada não implicava necessariamente uma contemporaneidade entre essa ocupação humana específica e a arte dessa gruta (Breuil, 1952: 37).

Para além desta relação espacial, poder-se-á estabelecer uma relação arqueológica entre a arte rupestre e outros vestígios arqueológicos mais ou menos distantes, nomeadamente através da identificação de utensílios utilizados para a produção artística (por ex. picos da Olga Grande 4, Aubry neste volume). À falta de uma qualquer relação estratigráfica, a relação entre diferentes vestígios de ação humana será estabelecida arqueologicamente pela presença do mesmo tipo de cultura material ou de uma determinação cronológica absoluta. O início relativamente recente da datação direta de arte rupestre e a frequente falta de matéria datável limitam a determinação cronológica absoluta. Por outro lado, a sua natureza representativa, frequentemente abstrata, limita a possibilidade de identificação de cultura material específica.

Esta dificuldade de inserção das representações rupestres no seu respetivo contexto social e cronológico conduziu a que os investigadores destas manifestações tenham criado grandes “chapéus conceptuais” para a estudarem, como, por exemplo, “arte atlântica”, “arte levantina” ou “arte esquemática”. Estas determinações definem relações geográficas ou estilos representativos genéricos (ver por ex. Baptista, 1983), agrupando frequentemente manifestações realizadas em contextos sociais e cronológicos distintos. Inicialmente por falta de pontos de referência, a arte rupestre, enquanto objeto de análise arqueológica, tornou-se num campo à parte da restante realidade social, uma tendência que tem vindo a diminuir, mas ainda com ecos na atualidade.¹ À falta de contexto social, valorizava-se a “análise endótica” (Baptista, 1983), isto é, a análise limitada ao conteúdo próprio das representações. Ora, consideramos que a arte rupestre só poderá ser objeto de estudo arqueológico se for estudada no seu contexto próprio, da mesma forma que a disciplina da História da Arte não prescinde da informação documental relativa aos seus objetos de estudo. A história da validação da arte paleolítica europeia é paradigmática a este respeito.

Por necessidade de validação cronológica das próprias representações, e ainda sem meios para uma datação direta, foi inicialmente estabelecida uma relação entre os vestígios arqueológicos sedimentares da gruta de Altamira com as pinturas no teto, para afirmar a sua antiguidade (Sanz de Sautuola, 1880). Insuficiente para convencer os colegas franceses, só a identificação das representações de la Mouthe, cujo acesso se encontrava selado por níveis estratigráficos arqueológicos, permitiu o reconhecimento geral da arte paleolítica (Cartailhac, 1902).

Cerca de um século depois, o reconhecimento da arte rupestre do Vale do Côa, nomeadamente da arte paleolítica ao ar livre iria provocar uma polémica semelhante, desencadeando um processo de investigação onde arte e contexto arqueológico se conciliaram para validar esta arte no seu contexto social (ver Aubry neste volume). O mesmo não aconteceu com a arte proto-histórica do Vale do Côa e Douro.

¹ Um exemplo disso será a criação de sessões específicas dedicadas à Arte Rupestre nos congressos gerais de arqueologia, quando as restantes sessões estão organizadas cronologicamente (ver, por exemplo, os recentes Congressos da Associação dos Arqueólogos Portugueses).

A descoberta da arte proto-histórica do Côa

A identificação da arte proto-histórica do Côa surge como um efeito secundário da descoberta da arte paleolítica, embora, oficialmente, se contem precisamente gravuras proto-históricas entre as primeiras representações rupestres identificadas na região. Na sequência de um Estudo de Impacte Ambiental relativo às obras do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Côa (Lemos, 1994), é criado em 1993 o Plano Arqueológico do Côa, liderado pelo arqueólogo Nélson Rebanda, “com vista ao aprofundamento do estudo da área da albufeira prevista” e a “eventual trasladação de valores culturais que se justificasse” (Rebanda, 1995: 5).

Neste contexto, em março de 1993, aquando trabalhos de terraplanagem na área limítrofe da construção da barragem, serão “localizados dois sítios com arte rupestre, respetivamente no Vale de Moinhos (margem esquerda do Côa) e na Canada do Amendoal/ribeiro do Poio (margem direita), imediatamente protegidos dos escombros de um dos acessos, no primeiro caso, e do próprio traçado do estradão, no segundo caso” (Rebanda, 1994: 4).

A cronologia das representações das duas rochas Vale de Moinhos (1 e 2) foram então atribuídas ao Epipaleolítico (Rebanda, 1995: 6). Da rocha identificada na Canada do Amendoal nada sabemos. Contudo, existem duas imagens no arquivo de diapositivos do PAC/CNART (035 e 036) que apresentam motivos gravados, sem patine, angulosos, formando linhas em ziguezague e motivos circulares, hoje desconhecidos (Fig. 1). Pensamos localizar pelo menos um destes painéis nas imagens de um maciço rochoso (033 e 034) (Fig. 2), que, na sequência dos diapositivos do referido arquivo, antecedem as imagens das referidas gravuras e sucedem as do Vale de Moinhos (015 a 032). Este facto, relacionado com a referência no relatório a um “abrigo da Canada do Amendoal”, localizado “imediatamente a montante do local da construção da barragem” (Rebanda, 1994: 4), levam-nos a considerar que se possa tratar do referido painel. Este abrigo é hoje desconhecido, mas colocamos a possibilidade de se ter localizado na margem esquerda da Canada do Amendoal, já junto à margem direita do Côa. Trata-se de uma conjectura hoje impossível de comprovar, visto a zona ter sofrido grandes trabalhos de desmonte, uma vez que correspondia à área das fundações da barragem do Côa.

O que é certo é que, pela natureza dos traços e dos motivos não figurativos representados, podemos atribuir as representações em causa à fase proto-histórica da arte rupestre regional. Mas eles não foram então assim identificados, certamente pela falta de motivos figurativos. Isso aconteceria com a descoberta de uma rocha “na zona limítrofe do estaleiro de Orgal, no sítio de Meijapão (margem direita do Côa)”, “com gravuras do mesmo tipo das detectadas no Vale da Casa (ou da Cerva), margem esquerda do rio Douro, próximo da foz do Côa, aquando da construção da barragem do Pocinho” (Rebanda, 1994: 4) (Fig. 3).

A primeira publicação sobre a arte do Côa refere que, para além das gravuras paleolíticas e das pinturas da Pré-história Recente, se havia detetado “um expressivo conjunto fora do alcance da albufeira do Côa” no Vale de José Esteves e no Vale de Cabrões, bem como numa rocha próximo do Orgal de “homens, animais e símbolos, de linhas angulosas, com elevado grau de estilização” (Rebanda, 1995: 14). Acrescentava-se então aos núcleos identificados no Côa em 1993, dois outros entretanto identificados, localizados em pequenos vales tributários do Douro. O paralelo estilístico apontado para a sua inserção cronológica era novamente o Vale da Casa.

Este sítio arqueológico, localizado na margem esquerda do Douro, cerca de 2,5 km a jusante da foz do Côa, havia sido identificado e sumariamente estudado no contexto da construção da barragem do Pocinho em inícios da década de 1980. Esses trabalhos haviam identificado um conjunto de representações gravadas em 23 superfícies horizontais de xisto, onde se distinguem duas fases cronológico-culturais, sendo a mais importante atribuída à Idade do Ferro, com base no armamento representado (Baptista, 1983: 65). Para além das armas, onde se incluíam falcatas, lanças e uma espada, estas representações caracterizavam-se pela presença de figuras humanas, figuras geométricas e uma inscrição alfabética.

Serão estas representações que servirão de base à atribuição de um conjunto de representações que foram sendo identificadas ao longo das margens do Côa e Douro, distintas da arte paleolítica, divulgada em novembro de 1994. Após esta divulgação, a atenção mediática e científica dirige-se para as representações paleolíticas, pela sua antiguidade e risco iminente de submersão. A arte proto-histórica fica afastada dos holofotes, por ser mais recente, mas sobretudo por se localizar maioritariamente fora da área submergida da albufeira da barragem em

construção. Sinal disso, é o facto do responsável pela identificação do Vale de Cabrões (Rebanda, 1995: 8) e da Vermelhosa (Abreu et al., 1998: 123), dois dos principais núcleos de arte rupestre da Idade do Ferro hoje conhecidos, ter sido José Constâncio, um fozcoense não arqueólogo.

Entretanto, as imagens da arte do Ferro começam a fazer a sua aparição nos jornais, juntamente com as paleolíticas, através de um zoomorfo da rocha 2 do Vale de Cabrões, que na primeira edição surge de pernas para o ar (Jornal de Notícias de 18/04 e 05/05 de 1995).

O historial da identificação da arte rupestre Vale do Côa, incluindo a proto-histórica, pode ser dividido em cinco momentos de avanço e estabilização das descobertas (Fig. 4). A primeira fase decorre entre 1981 e 1992, entre a descoberta e submersão da arte do Vale da Casa e a descoberta dos primeiros vestígios no Côa por Nélson Rebanda. A partir daqui, até 1997, dá-se o primeiro grande impulso das descobertas, mais direccionado para a arte paleolítica, mas acompanhada pela da Idade do Ferro, com a participação de arqueólogos e não arqueólogos. Segue-se a fase de institucionalização das equipas de investigação, com a criação do Centro Nacional de Arte Rupestre, prosseguindo-se na identificação de novos sítios, mas menos acentuadamente. A partir de 2006, inicia-se um novo grande salto na identificação de sítios, nomeadamente em torno do Douro, com a chegada de Mário Reis ao Côa e o início do seu trabalho de prospeção sistemática (Reis, 2015). Este incremento continuará até cerca de 2014, quando se entra em nova fase de estabilização nas novas descobertas.

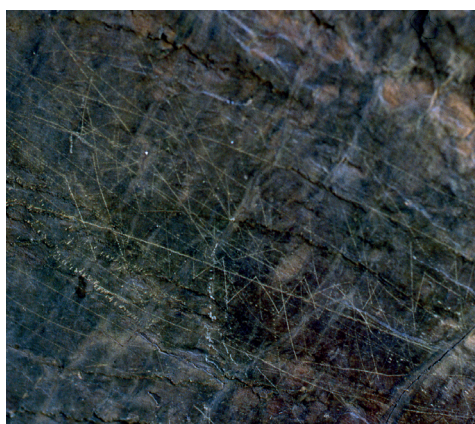


FIGURA 1

Primeiras representações hoje atribuídas à Idade do Ferro identificadas no vale do Côa (Arquivo Fundação Côa Parque/PAC/CNART; 035 e 036).



FIGURA 2

Abrigo a foz da Canada do Inferno (Arquivo Fundação Côa Parque/PAC/CNART; 033).



FIGURA 3

Rocha 1 do Meijapão (Orgal) (Arquivo Fundação Côa Parque/PAC/CNART; 603 e 611).

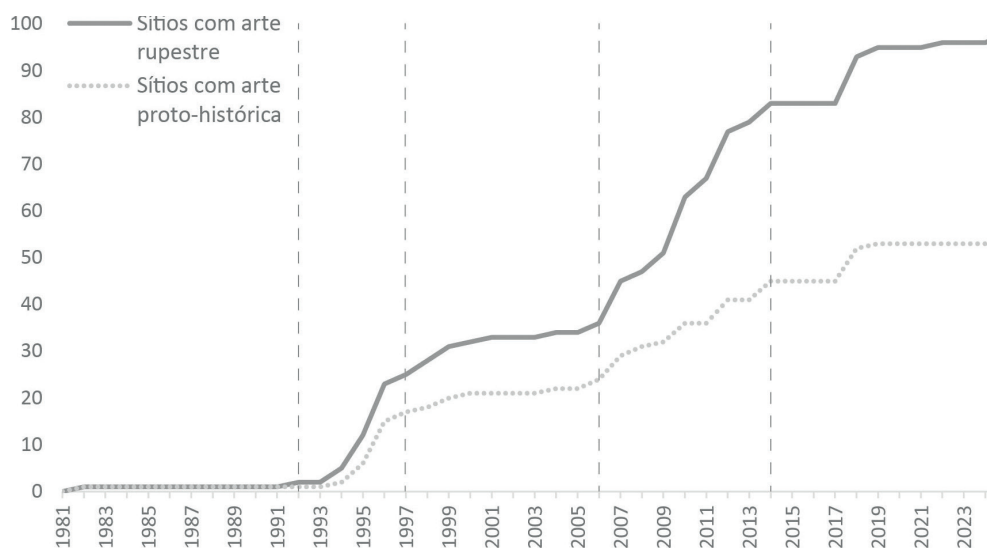


FIGURA 4
Evolução da identificação de sítios com arte rupestre entre o Côa e Douro (com dados de Reis, 2014 e 2023).

A arte rupestre proto-histórica, hoje

O que conhecemos hoje da arte proto-histórica do Côa e Douro distribui-se por 565 painéis, agrupados em 53 núcleos, apresentando um total estimado de 6069 motivos (Reis, 2023: tabela 1). Estas representações localizam-se sobretudo em torno da confluência dos rios Côa e Douro, em ambas as margens dos rios, para jusante e montante da confluência (Fig. 5).

59

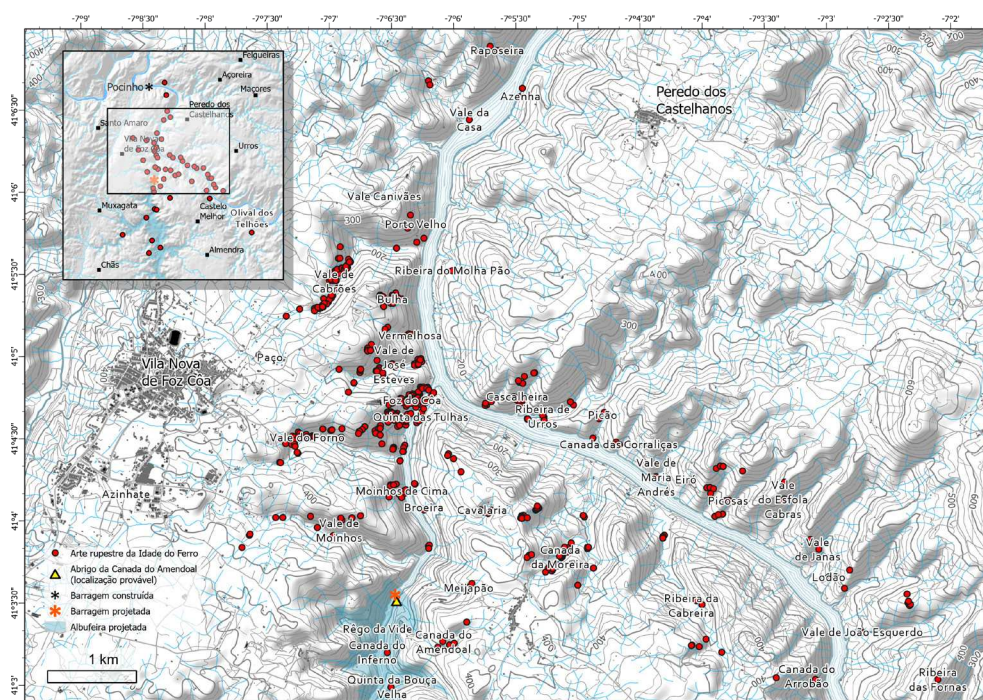


FIGURA 5
Distribuição da arte proto-histórica na confluência do Côa e Douro.

Daí entram pelo rio Côa até cerca de 9 quilómetros a montante, com os núcleos da Penascosa e Ribeira da Volta², que se afastam já da área nuclear da arte proto-histórica da região.

A distribuição destas representações encontra-se condicionada pela geologia estrutural local (Aubry *et al.*, 2017), uma vez que estão maioritariamente inscritas em planos verticais de diáclase dos xistos regionais, sobretudo adscritos à formação de Desejosa do Super-grupo Dúrico-beirão (Silva & Ribeiro, 1991). Verificam-se algumas exceções a este tipo de suportes, nomeadamente representações em diáclases horizontais (por ex. Vale da Casa e Vale do Forno 6), bem como três placas de arte móvel, cujas representações se encontram inscritas nas superfícies formadas pela xistosidade, a que adiante voltaremos.

Do total de painéis gravados, encontram-se documentados os decalques diretos de 54 rochas completas e 23 incompletas, que se distribuem por 23 núcleos (Luís, 2023: tabela 1). Trabalhos recentes de levantamento fotogramétrico, realizados no âmbito do projeto RARAA – Repositório de Arte Rupestre de Acesso Aberto levaram à publicação de 9 rochas dos núcleos da Vermelha e Meijapão (Soares, 2023 e neste volume)³.

A primeira descrição publicada desta arte resume bem o que hoje dela conhecemos. Trata-se de uma arte de “homens, animais e símbolos” (Rebenda, 1995: 14), a que acrescentaríamos as armas. Os zoomorfos são os motivos figurativos dominantes (Luís, 2023: tabela 1, Reis, 2023: tabela 7). Dentro destes, destacam-se os cavalos (Fig. 6.1 e 7), seguidos pelos cervídeos (Fig. 6.1 e 3) e canídeos (Fig. 6.8). Um conjunto de outras espécies apresenta valores inferiores como javalis, aves e peixes. Verifica-se um elevado número de representações zoomórficas indeterminadas, devido tanto à natureza sumária de muitas representações, como à existência de figuras quiméricas sem aparente referente real (Fig. 6.11) (Luís, 2023: 255).

Seguem-se as representações de armas, dominadas esmagadoramente pelas lanças, seguidas pelos escudos circulares (Fig. 6.1), falcatas (Fig. 6.9), punhais (Fig. 6.4) e espadas (Fig. 6.12) (Luís, 2023: tabela 1, Reis, 2023: tabela 8). A tipologia de algumas destas representações contribui para a sua inserção cronológica (ver por ex. Pablo Martínez, 2022: 150-151, 314-317).

Com uma posição por vezes dominante nos painéis, as figuras antropomórficas compõem o terceiro conjunto mais representado em termos numéricos. Trata-se de representações esmagadoramente classificadas como masculinas, pela representação de caracteres sexuais primários ou socioculturais (por ex. armas, combate e caça) (Fig. 6.5). A maioria destas representações humanas encontra-se associada a armas, na figura de cavaleiros (Fig. 6.1) ou de guerreiros apeados (Fig. 6.1), geralmente armados com lança e escudo circular. Os cavaleiros montam em pelo, segurando rédeas frequentemente em ziguezague. Para além destas associações, identificam-se cenas de caça a cavalo ao veado, de combate apeado e até de ensino equestre (Luís *et al.*, no prelo).

Assim, esta arte surge frequentemente representada em composições que identificamos como cenas, pela homogeneidade e sentido apercebido. Estas cenas baseiam-se na justaposição e mesmo na sobreposição, carecendo de perspetiva. Na grande maioria dos casos, estes diferentes tipos de motivos associam-se em grandes sobreposições, cuja organização e sentido nos escapam. Algumas destas sobreposições poderão resultar de processos de acumulação gráfica ao longo do tempo, no entanto, pela sua uniformidade gráfica e aparente organização, grande parte delas corresponderão a composições sincrónicas (por ex. rocha 10 do Vale da Casa).

No meio destas representações figurativas surge um abundante conjunto ainda mal conhecido de signos sem referente evidente, compondo motivos geométricos (Fig. 6.2 e 10) ou outros, de natureza circular, reticulada, em ziguezague, e uma infinidade de traços, frequentemente apelidados de “parasitas”. As figuras são representadas a traço linear, geralmente definindo contornos completos, mais ou menos angulosos, verificando-se alguns casos de preenchimento através de reticulados ou linhas sinuosas. As linhas têm geralmente uma secção em U, denunciando a utilização de utensílio metálico (Aubry & Sampaio, 2012). As diferentes modalidades de gravação distinguem-se ao nível da profundidade, que depende da dureza do utensílio, mas também da força aplicada. Num nível mais ligeiro, verifica-se uma simples raspagem da película silicometalica que se forma na superfície da rocha (Chauvière *et al.*, 2009), criando-se uma dis-

² As representações deste núcleo encontram-se em estudo no âmbito de uma dissertação de mestrado de Eleonor Cadete.

³ Quatro outros decalques, realizados a partir de fotogrametria sobre painéis do Vale de José Esteves (3, 7, 8 e 19), encontram-se na fase de publicação, no âmbito deste mesmo projeto.



FIGURA 6

Motivos da arte proto-histórica do Vale do Côa. 1. Cavaleiros armados de *caetra* e lanças, peões com lança e punhal e cervas (Paço); 2. Labirinto (Foz do Côa 181); 3. Veado (Moinhos de Cima 7); 4. Punhal biglobular (Foz do Côa 150); 5. Guerreiro com couraça, nu da cintura para baixo, com *caetra* e duas lanças (Foz do Côa 93); 6. Figura antropomófica com bico de pássaro (Foz do Côa 42); 7. Cavalo (Foz do Côa 148); 8. Canídeo (Azenha 3); 9. Falcata (Vale da Casa 10); 10. Signo (Quinta das Tulhas 2); 11. Zoomorfo espelhado (Vale de José Esteves 18); 12. Espada (Vale da Casa 10). Desenhos de Fernando Barbosa.

tinção cromática, mas sem efetivamente gravar na rocha. Estas representações são facilmente visíveis durante o dia, mas tornam-se invisíveis durante a noite, com as luzes rasantes utilizadas nos decalques diretos, que procuram criar sombra no traço gravado. Por outro lado, a formação de patine, com a reformação da película silicometalica após a gravação, provoca o seu apagamento, justificando a existência de numerosas figuras incompletas. A aplicação de mais força e de utensílios mais resistentes motiva gravações mais profundas. Se a isto juntarmos a reiteração, através da abrasão, atinge-se um sulco com perfil em V, o que só acontece num caso conhecido (Vale da Casa 6). Grande número das representações proto-históricas apresentam as linhas ainda claras, não se tendo verificado ainda a completa reformação da película silicometalica, o que contrasta com os motivos paleolíticos. Esta questão dá-nos uma indicação cronológica relativa, mas não absoluta, uma vez que esta formação da patine depende de múltiplos fatores não controlados (nomeadamente, natureza específica do substrato rochoso ao nível do painel, microtopografia e exposição aos elementos), existindo frequentes casos onde a mesma linha apresenta diferentes graus de patine em diferentes pontos do seu curso.

Como atrás referido, estas representações foram inicialmente inseridas na Idade do Ferro a partir do tipo de armas representado (Baptista, 1983). Entretanto, tem-se vindo a apresentar outros argumentos, como a inscrição grega do Vale da Casa (Gomes, 2013) ou a relação da iconografia representada na arte rupestre do Côa e Douro com a rica iconografia proto-histórica peninsular, inscrita em diferentes tipos de suportes, alguns deles com contexto arqueológico associado (Fig. 7) (Luís, 2008, 2009, 2023). Todos estes argumentos apontam genericamente para uma cronologia destas representações balizada entre o séc. V a.C. e a mudança da Era (Luís, 2023), embora com raízes anteriores, no processo de afirmação ideológica das elites guerreiras. O estado atual do conhecimento torna difícil definir uma evolução dentro deste longo período, embora um motivo como a inscrição alfabética da rocha 23 do Vale da Casa deva pertencer ao início desta fase (Gomes, 2013) e a placa do Paço, pelo seu contexto, deverá pertencer já a momentos finais (ver abaixo).

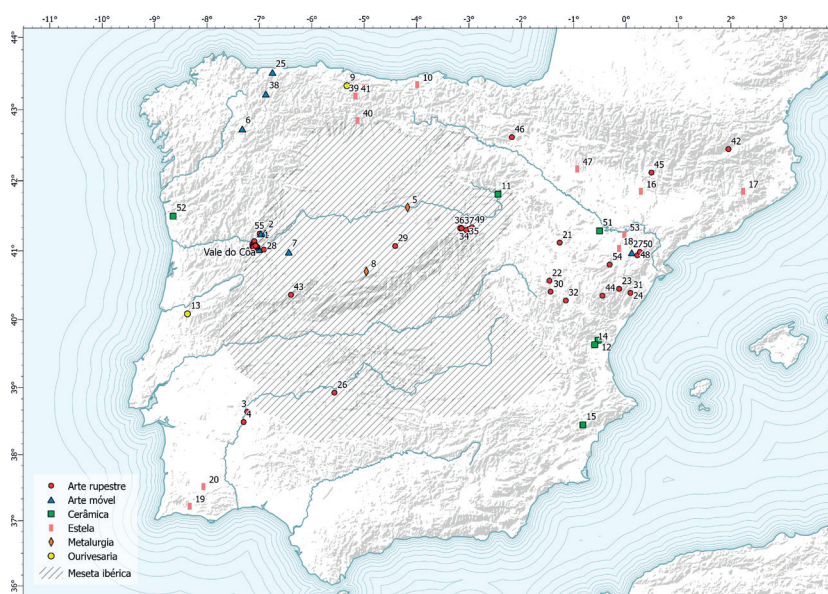


FIGURA 7

Paralelos iconográficos da arte proto-histórica do Vale do Côa (1. Castelinho; 2. Crestelos; 3. Mocissos; 4. Molino Manzanez; 5. Las Ruedas; 6. Formigueiros; 7. Yecla de Yeltes; 8. La Osera; 9. Moñes; 10. Zurita; 11. Numância; 12. Puntal dels Llops; 13. Chão de Lamas; 14. Llíria; 15. Monastil; 16. Binéfar; 17. Tona; 18. El Palao; 19. Benaciate; 20. Abóbada; 21. Arroyo del Horcajo; 22. Puntal del Tío Garrillas; 23. Cingle de la Mola Remigia; 24. Mas d'en Josep; 25. Coaña; 26. Rio Guadalefra; 27. Torre Cremada; 28. Arroyo de las Almas; 29. Cerro de San Isidro; 30. Abrigo de los Cazadores; 31. Mas del Cingle; 32. Peñalba de Villastar; 33. Poyatillos; 34. Tiermes-Sotillos; 35. Valenedizo-Castro; 36. Barranco de la Mata; 37. Valle del Rio Manzanares; 38. Chao de Santamin; 39. Estela de Flavia; 40. Estela de Aleje; 41. Estela de Septimio Silo; 42. Cerdanya; 43. Las Hurdes; 44. Barranco de los Frailes; 45. Mas del Aspro; 46. Peña del Cuarto; 47. La Tiñica; 48. Font de la Bernarda; 49. Barranco del Rus; 50. Valrobira I; 51. Cabezo del Lugar; 52. Castelo de Faria; 53. Palermo; 54. La Vacada; 55. Vale Figueira).

O problema do contexto

Aquando da primeira identificação de arte rupestre na região, foi também identificada no terço do Vale da Casa um contexto arqueológico, composto por uma cista, com seu respetivo espólio funerário. Logo na altura se colocou a possibilidade desta estrutura ser contemporânea da primeira fase de representações do sítio e não das sidéricas (Baptista, 1983: 68), o que uma datação posterior do material osteológico viria a comprovar (Cruz, 1998: 160 e 162).

Desconhece-se pois hoje qualquer contexto arqueológico junto aos painéis gravados, ao contrário do que sucede para a arte paleolítica, onde ele foi já identificado no limite da planície aluvial (Aubry neste volume). A arte proto-histórica localiza-se mais acima nas vertentes (mediana de 240 m, contra 160 para a arte paleolítica), onde os contextos sedimentares mais dificilmente se preservarão, devido à erosão das vertentes. Prova disso foi a sondagem realizada junto da rocha 80 do Vale de José Esteves (Luís et al., no prelo), embora não se possa descartar essa possibilidade numa qualquer situação excecional.

Apesar desta falta de contexto arqueológico para a arte rupestre, foi identificada uma placa gravada com motivos estilisticamente atribuíveis à Idade do Ferro em contexto estratigráfico no Olival dos Telhões (Cosme, 2008). Tratava-se, todavia, de um contexto secundário, uma vez que a placa integrava um muro datado da Alta Idade Média. O sítio, com ocupação que remonta à época romana, situa-se no sopé do Monte do Castelo (Almendra), onde tradicionalmente se localiza *Calabriga* (Cabral, 1962), cuja toponímia sugere uma ocupação pré-romana, mas que se desconhece arqueologicamente. Na região existem outros sítios com uma toponímia pré-romana, sugerida pela epigrafia, mas cujos vestígios de ocupação proto-histórica se desconhecem, tais como *Langobriga* (Longroiva) (Guerra, 1998: 176) ou *Coniumbriga* (Cabeço Meão) (Curado, 1994). Sem o investimento dedicado às ocupações da Pré-história Antiga e Recente, o Parque Arqueológico do Vale do Côa apoiou esporadicamente projetos de investigação de contextos potencialmente proto-históricos. Isso aconteceu com os trabalhos do Olival dos Telhões, cujo objetivo de escavar o Monte do Castelo nunca se concretizou, mas também do Castelo dos Mouros (Cidadelhe) (Perestrelo, 2005) e N. S. do Castelo (Urros) (Martins, 2008), onde se identificaram ocupações proto-históricas, entre outras. Recentemente, na procura de identificar e caracterizar os vestígios de habitat contemporâneo da arte proto-histórica, o Projeto RARAA realizou trabalhos de escavação no Alto das Malhadas, o ponto mais alto do Monte Meão. Estes trabalhos vieram a identificar uma importante ocupação da Idade do Bronze (Botica et al., 2023)⁴, sugerindo que a ocupação proto-histórica se encontre no Cabeço Meão e não no ponto mais alto do meandro (Luís, 2008: 426).

Em 2006 foram identificadas no Paço duas outras placas de xisto com representações gravadas (Reis, 2013: 15). Se uma delas apresenta motivos não figurativos de difícil inserção cronológica, na outra figura um notável conjunto de figuras de cavaleiros, guerreiros e cervídeos, estilisticamente semelhantes às representações rupestres (Fig. 6.1). Uma vez mais, este achado realizou-se fora de contexto arqueológico, embora o sítio seja conhecido pelos seus vestígios romanos (Leal, 1886), localizando-se numa zona plana, no sopé do castelo de Foz Côa. Torna-se assim difícil fazer uma atribuição cronológica segura. Se as representações derivam claramente de um substrato pré-romano, a sua produção poderá ter-se verificado já em momentos de aculturação romana, tendo em conta o contexto conhecido.

À semelhança do que acontece no Alto Côa (Vilaça, 2024), este pequeno e incerto conjunto de dados fez-nos supor um sistema de povoamento baseado em ocupações em elevações topográficas fortificadas, aqui nem sempre destacadas acima da superfície da Meseta, associadas a áreas mais baixas, geralmente com ocupação romana, relacionadas com os cursos de água (Luís, 2008: 424-432). Isto mesmo viria a ser comprovado um pouco a norte, no Baixo Sabor, com a escavação dos sítios do Castelinho (Torre de Moncorvo) (séc. VI a II-I a.C.) (Santos et al., 2012) e Crestelos (Mogadouro) (desde a I Idade do Ferro até ao séc. I a.C.) (Sastre, 2014). Ambas as ocupações pré-romanas se localizam em pequenas elevações no interior do vale do rio, relacionadas com jazidas plenamente romanas no sopé. No interior de ambas as áreas fortificadas, identificou-se um conjunto de estruturas de celeiro. Para além disso, foi identificado, sobretudo nos fossos das fortificações, um vasto conjunto de placas de xisto gravadas com motivos es-

⁴Em face destes achados, diminui de probabilidade a atribuição à Idade do Ferro de um seixo gravado com motivos não figurativos identificado no local (Reis, 2014: 26-27).

tilisticamente muito semelhantes à arte rupestre do Côa (Silva et al., 2016), que forneceram o primeiro verdadeiro contexto arqueológico e cronológico da arte sidérica da região.

As paisagens definidas pela arte

A identificação de grande parte das placas gravadas do Castelhinho e Crestelos nos limites físicos dos povoados veio contribuir a posteriori para uma interpretação que havíamos aventado, relativa à localização da arte fora dos limites dos espaços habitados (Luís, 2009).

A partir da localização das representações rupestres, da sua relação com os contextos arqueológicos conhecidos e do seu conteúdo iconográfico consideramos diferentes níveis de paisagens definidas pela arte, numa perspectiva liminar (Luís, 2021). A localização deste conjunto rupestre no limite ocidental da Meseta Ibérica (Fig. 7), onde termina também a distribuição de um conjunto materiais arqueológicos interpretados como indicadores étnicos, estabelece um primeiro nível de limite (Luís, 2021: 128).

Ampliando a escala para um nível regional, notamos que a foz do Côa não se encontra distante de um *quadrifinium* entre as quatro *civitates* romanas da região, tanto ao nível de ponto intermédio, como dos polígonos de Thiessen (Fig. 8) (Luís, 2008: 432-434). Nova ampliação faz-nos perceber que a arte rupestre se encontra distante das áreas de exploração imediata dos eventuais locais habitados, o que tem uma comprovação mais evidente na sua localização nos limites dos sítios do Baixo Sabor, atrás referida. A estes diferentes níveis de fronteira entre os vivos, corresponderia uma fronteira entre estes e os mortos, sugerida pela iconografia representada, que exalta a figura do guerreiro, nomeadamente no seu trânsito aquático após a morte, a caminho do Outro Mundo (Luís, 2009, 2021: 109-110).

64

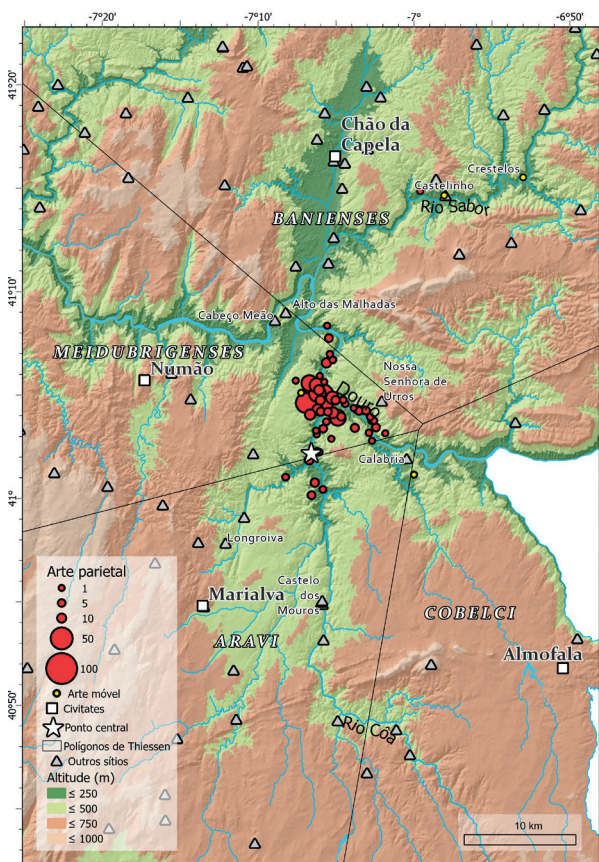


FIGURA 8
A arte do Côa em Douro no contexto regional entre a Proto-história e a Romanização.

A estas paisagens definidas pela arte rupestre proto-histórica do Côa e Douro correspondem ainda poucos vestígios da sua gente. Não crendo nós, à partida, em qualquer “ermamento” proto-histórico, à semelhança do em tempos defendido para o vale do Douro em momentos medievais, esta falta deriva apenas do nosso desconhecimento e da falta de investigação.

Encontramo-nos assim ainda numa fase “protoarqueológica” do estudo da arte rupestre da Idade do Ferro na região, em claro contraste com a arte paleolítica. Esse facto justifica-se, em grande medida, pelo diferente investimento no estudo de ambos os ciclos artísticos.

É-nos pois difícil integrar hoje esta arte proto-histórica no contexto da gente que a produziu e utilizou. Tendo em conta a diferença entre ideologia, expressa na iconografia, e a realidade socioeconómica, mais evidente na cultura material, arriscamo-nos a tomar a parte, expressa na arte, pelo todo social (Luís, 2021). Enquanto não se investe no estudo deste contexto, as equipas da Fundação Côa Parque continuarão o seu trabalho de prospeção, registo (baseado no decalque direto e nas novas ferramentas da fotogrametria) e publicação desta arte.

Bibliografia

- Abreu, M. S. de, Arcà, A., Fossati, A. e Jaffe, L. (1998). Palaeolithic Rock Engravings at Vermelhana, Coa Valley Archaeological Park, Portugal. In C. Giunchi, (Ed.), *XIII UISPP Congress Proceedings: Forlì, 8-14 September 1996: Volume 3* (pp. 121-126), A.B.A.C.O. Edizioni.
- Aubry, T., Luís, L. e Dimuccio, L. A. (2017). Porque é que a arte do Coa se concentra na margem esquerda? Condicionantes geológicas e ambientais para a formação e conservação dos suportes artísticos do Vale do Coa. *O Arqueólogo Português*, 4/5, 133-174.
- Aubry, T., e Sampaio, J. D. (2012). Novos dados para a abordagem técnica da arte rupestre e móvel do Vale do Côa. In M. D. J. Sanches (Ed.), *Atas Da 1a Mesa-Redonda: Artes Rupestres da Pré-História e da Proto-História: Paradigmas e Metodologias de Registo. Trabalhos de Arqueologia*, 54 (pp. 185-206). Direção Geral de Património Cultural.
- Baptista, A. Martinho (1983). O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa). *Arqueologia*, 8, 57-69.
- Botica, N., Larrazabal-Galarza, J., Luís, L., Magalhães, F., Rocha, B., Sousa, R. e Silva, L. (2023), El Alto das Malhadas: restos de ocupación de la Edad del Bronce en el Douro portugués. *Cuadernos de Arqueología de La Universidad de Navarra*, 31, 1-34. <https://doi.org/10.15581/012.31.012>
- Bóveda, M. J., Cañizo, J. A., e Vilaseco, X.I. (2000). Places to Engrave, Places to Die: Rock Art and Burial Cists of the Bronze Age in the North-west Iberian Peninsula. In G. Nash (Ed.), *Signifying Place and Space: World Perspectives of Rock Art and Landscape* (pp. 49-57), Archaeopress (BAR International Series; 902).
- Breuil, H. (1952). *Quatre cents siècles d'art pariétal: les cavernes ornées de l'âge du Renne*. Centre d'études et de documentation préhistoriques.
- Cabral, A. A. D. (1962). Algumas notas sobre o Castelo Calabre, em Almendra. *Studium Generale*, 9 (1), 138-158.
- Cartailhac, E. (1902). Les cavernes ornées de dessins: La grotte d'Altamira, Espagne: 'Mea culpa' d'un sceptique. *L'Anthropologie*, 13, 348-358.
- Chauvière, F.-X., Tymula, S., Calame, A., e Dechanez, I. (2009). Conservation et évolution des surfaces rocheuses gravées et piquetées de la Vallée du Côa: les données du projet «Quinta da Barca Sul». In T. Aubry, T. (Ed.), *200 séculos da história do Vale do Côa: Incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico. Trabalhos de Arqueologia*, 52 (pp. 443-477), Igespar, I.P.
- Cosme, S. R. (2008). Proto-história e Romanização entre o Côa e o Águeda. In L. Luís (Ed), *Proto-história e Romanização: Guerreiros e colonizadores. (III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior: Actas das sessões; Vol. 3)* (pp. 72-80), ACDR de Freixo de Numão.
- Cruz, D. J. (1998). Expressões funerárias e culturais no Norte da Beira Alta. In *Actas do Colóquio 'A Pré-história na Beira Interior' (Tondela, Nov. 1997), Estudos Pré-históricos*, 8 (pp. 149-166), Centro de Estudos Pré-históricos da Beira O.
- Curado, F. P. (1994). A propósito de Conimbriga e de Coniumbriga. Em *Actas do 10 Congresso Internacional sobre o Rio Douro*, Gaya, 6 (pp. 213-234).
- Gomes, M. V. (2013). O abecedário rupestre, proto-histórico, do Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa). *Revista da Faculdade de Letras - Ciências e Técnicas do Património*, 12, 69-85.
- Gonçalves, V. S., Sousa, A. C., e Faria, A. M. de (Eds.) (2000). Muitas antas, pouca gente? *Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Trabalhos de Arqueologia*, 16. Instituto Português de Arqueologia.
- Guerra, A. M. R. (1998). Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular. [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa].
- Leal, A. de P. (1886). s.v. Villa Nova de Foscoa. *Portugal Antigo e Moderno* (pp. 829-849) Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão.
- Lemos, F. S. (1994). Dossier Côa I: O relatório de impacte patrimonial (1989). *Forum*, 15/16, 141-156.

- Luís, L. (2008). In busca dos cavaleiros com cabeça de pássaro: Perspectivas de investigação da Proto-história no Vale do Côa. In R. de Balbín Behrmann (Ed.), *Arte Prehistórico al aire libre en el Sur de Europa* (pp. 415-438), Junta de Castilla y León.
- Luís, L. (2009). “Per petras et per signos”: A arte rupestre do Vale do Côa enquanto construtora do espaço na Proto-história. In P. J. Sanabria Marcos (Ed.), *Lusitanos y vettones: Los pueblos prerromanos en la actual demarcación Beira Baixa - Alto Alentejo - Cáceres*, Memórias, 9 (pp. 213-240), Junta de Extremadura, Museo de Cáceres.
- Luís, L. (2021). No limiar: Diferentes escalas de análise da arte da Idade do Ferro no limite ocidental da Meseta. *Iberografias: Revista de Estudos Ibéricos*, 17, 95-116.
- Luís, L. (2023). Primeiro inventário figurativo da arte rupestre da Idade do Ferro entre o Côa e o Douro. Em D. Correia e A. Santos (Eds.), *Por este rio acima: A arte pré e proto-histórica do Vale do Côa: Estudos em homenagem a António Fernando Barbosa* (pp. 181-265), Côa Parque, Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa.
- Luís, L., Mosquera Castro, T., Santos, A. T., Silvestre, M., e Aubry, T. (2024). O desbaste do cavalo na Península Ibérica Pré-romana: A propósito da descoberta de uma “cena de doma” na rocha 80 do Vale de José Esteves (Vale do Côa, Portugal). *Conimbriga*, 63 (no prelo).
- Martins, C. M. B. (2008). Proto-história e romanização no monte da Sra. do Castelo, Urros, Torre de Moncorvo: Análise de materiais. In L. Luís (Ed.), *Proto-história e Romanização: Guerreiros e colonizadores. (III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior: Actas das sessões; Vol. 3)* (pp. 85-95), ACDR de Freixo de Numão.
- Pablo Martínez, R. de (2022). *Puñales de la Segund Edad del Hierro en el Alto Ebro y el Duero: Los puñales de tipo Monte Bernorio enmangue en espiga y filos curvos y su influencia sobre el ‘pugio’ romano. Gladius*, 20. Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Universidad de Madrid.
- Perestrelo, M. S. (2005). O Castelo dos Mouros de Cidadelhe e a Idade do Ferro no Médio Côa. In M. S. Perestrelo, M. de C. Ferreira, P. C. Carvalho, V. Pereira, A. Isidro, e V. Bento (Eds.), *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia (Actas das 2as Jornadas de Património da Beira Interior)* (pp. 67-92), Centro de Estudos Ibéricos.
- Rebanda, N. (1994). Plano Arqueológico do Côa (Relatório de 1993). Pocinho.
- Rebanda, N. (1995). Os trabalhos arqueológicos e o complexo de arte rupestre do Côa. Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.
- Reis, M. (2013). ‘Mil rochas e tal...!': Inventário dos sítios de arte rupestre do Vale do Côa (2.a parte). *Portugália*, 34, 5-68.
- Reis, M. (2014). ‘Mil rochas e tal...!': Inventário dos sítios de arte rupestre do Vale do Côa (Conclusão). *Portugália*, 35 (nova série), 17-59.
- Reis, M. (2015). Prospecção arqueológica e a evolução do inventário da arte rupestre do Côa. In S. Lee, A. M. Baptista e A. B. Fernandes (Eds.), *Arte Rupestre do Vale do Côa [Catálogo da Exposição]* (pp. 115-148) Ulsan Petroglyph Museum.
- Reis, M. (2023). Mais perto da conclusão: novo ponto da situação da prospecção e inventário da arte rupestre do Côa. In J. M. Arnaud, C. Neves e A. Martins (Eds.), *Arqueologia em Portugal 2023 - Estado da Questão* (pp. 1771-1786), Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Santos, F., Sastre, J., Figueiredo, S. S. de, Rocha, F., Pinheiro, E., e Dias, R. (2012). El sitio fortificado del Castelhinho (Felgar, Torre de Moncorvo, Portugal). Estudio preliminar de su diacronía y las plaquetas de piedra con grabados de la Edad del Hierro. *Complutum*, 23 (1), 165-179.
- Sanz de Santuola, M. (1880). *Breves apuntes sobre algunos objetos prehistóricos de la provincia de Santander*. Imp. y lit. Telesforo Martínez.
- Sastre, J. (2014). Da Idade do Ferro à Romanização da área de Crestelos. In A. P. Dinis (Ed.), *I Encontro de Arqueologia de Mogadouro: Actas (Mogadouro, Abril de 2013)* (pp. 79-94). Município de Mogadouro.
- Silva, A. F. d., e Ribeiro, M. L. (1991). Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000: Notícia explicativa da folha 15-A (Vila Nova de Foz Côa). Serviços Geológicos de Portugal.
- Silva, A. Xavier, P. e Figueiredo, S. S. de (2016). As gravuras rupestres de Crestelos (Trás-os-Montes, Portugal) e a sua longa diacronia desde a Idade do Ferro ao período contemporâneo. In R. Cordeiro Macenlle e A. Vázquez Martínez (Eds.), *Estudo de Arqueoloxía, Prehistoria e Historia Antiga: achegas dos novos investigadores* (pp. 63-81). Andavira Editora.
- Soares, H. I. S. (2023). As Gravuras Proto-Históricas do Vale do Côa: Os Núcleos da Vermelha e Meijapão. [Tese de mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/61614>
- Vilaça, R. (2024). O Território da Guarda e as suas comunidades nos II e I milénios a.C. In F. de Sousa. (Ed.), *Guarda: Das origens à atualidade. Parte 1: A Guarda da Pré-história ao final da Idade Média* (pp. 109-155). Município da Guarda.



RARAA
REPOSITÓRIO DE ARTE RUPESTRE
DE ACESSO ABERTO